

RESENHA

SAUDOSISMO E DESINFORMAÇÃO NOS ECOS DA DITADURA MILITAR NA ATUALIDADE

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes:** o golpe de 1964 e a ditadura militar. São Paulo: Zahar, 2021, 335p.

JÚLIO CÉSAR RIGONI FILHO

Mestre em Comunicação e Linguagens, Universidade Tuiuti do Paraná.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5151-1623>

Recebido em: 31/12/2022

Aprovado em: 11/04/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v77p395-401>



O professor titular do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Rodrigo Patto Sá Motta, lançou em 2021 a obra *XXX*, publicada pela editora Zahar. Doutor em história pela Universidade de São Paulo (USP) e com passagens por diversas instituições do exterior, Motta investiga, no campo da História Política, aspectos da Ditadura Militar no Brasil, com foco nos temas de repressão e memória, sendo que algumas vertentes de suas pesquisas investigam os percursos do bolsonarismo. É autor de outras obras, como “As universidades e o regime militar”, finalista do prêmio Jabuti em 2015, e “Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil”.

Frente a suas experiências como pesquisador e docente, problematiza-se a exaltação ao golpe de 1964 e a ascensão do autoritarismo ao compilar argumentos, dados e documentos que atestam os males e afastam qualquer forma desse período nefasto retornar, clamando o debate político sobre como enfrentar os ‘porões da ditadura’, em suas heranças e mazelas que se tornam presentes.

Ao longo do livro, aborda-se a perspectiva histórica da Ditadura a partir da ascensão de projetos antidemocráticos na atualidade. Nos 11 capítulos do livro, Motta esclarece as polêmicas que inflam o saudosismo ao período, como: a luta entre nomenclaturas (revolução ou ditadura), os discursos moralizantes de combate à corrupção e o comunismo, além do milagre econômico. Esse percurso decorre de um rigor historiográfico, que contrasta a desinformação impulsionada pelas redes sociais.

O primeiro capítulo, o golpe de 64 e o ‘perigo vermelho’, introduz uma breve revisão do anticomunismo no Brasil e sua expansão no período que antecede a ditadura, principalmente com a crise enfrentada pelo governo de João Goulart. Motta (2021) avalia o fomento à aliança golpista perante o perigo vermelho como manifestação do incômodo associado a algumas propostas aventadas por Goulart diante da marginalização social.

Na sequência, o segundo capítulo, sobre as razões e motivações dos golpistas, defende o erro cometido ao considerar o golpe de 64 como um movimento revolucionário. O historiador recapitula a influência da Guerra Fria no discurso anticomunismo e sua adesão pela burguesia, entendendo o golpe de 64 como expressão de caráter burguês. Confronta-se o paradoxo existente

entre o ideário burguês e capitalista com a defesa do nacionalismo e a dependência de capital estrangeiro.

O terceiro capítulo, o papel dos EUA e de outras forças estrangeiras no golpe e na ditadura, destaca o intercâmbio militar entre o Brasil e os Estados Unidos, no treinamento de autoridades policiais brasileiras por estadunidenses, por exemplo. O autor explora como o governo Costa e Silva buscou outras relações externas, para além dos Estados Unidos, um outro paradoxo da ditadura, que ideologicamente alinhava-se com servidão e exclusividade aos EUA, mas pragmaticamente acordava com nações de outras ideologias.

Já o quarto capítulo, a máquina política da ditadura, objetiva combater ao negacionismo que envolve as interpretações de que o período em questão foi uma Ditadura, ao invés de uma revolução ou regime, termos que suavizam a escalada repressiva imposta pelos Atos Institucionais. Em 1968, o Ato Institucional Nº 5 (AI-5) torna-se o principal instrumento de opressão da ditadura, escancarando-a. A partir dele, fechou-se o Congresso Nacional por tempo indeterminado e cassaram-se parlamentares, além de alguns prefeitos e governadores. Opositores políticos do regime tiveram seus direitos políticos cassados, a censura passava a rondar a mídia e as divulgações ideológicas, proibindo inclusive a realização de reuniões e discussões coletivas. Considera-se esse período iniciado pelo AI-5 em 1968 e que vai até os primeiros anos de 1970 como os anos de chumbo, pela intensificação da repressão. Para Motta (2021), é nesse período que a Ditadura Militar assume sua face mais violenta e repressiva, mesmo que alguns princípios liberais (como as eleições para prefeitos em 1972) fossem mantidas para manter os laços com a elite civil.

O quinto capítulo, uma análise do apoio social à ditadura, evidencia que os meios de comunicação se tornaram fundamentais para a defesa da legitimidade do golpe militar e das empreitadas dos generais. Ao manipular a opinião pública sobre as ameaças comunistas ou defender os 'avanços econômicos', a mídia mascarava o que ocorria com os críticos ao regime militar, principalmente ao enunciar discursos ufanistas em apoio à pátria e a seus líderes. Como prova da perda de popularidade da Ditadura, Motta (2021) cita as diversas iniciativas espalhadas pelo país em comemoração ao

aniversário da 'revolução de 1964'. Os eventos não despertaram interesse popular, fracassando.

O seguinte questionamento intitula o sexto capítulo: aderir, resistir ou acomodar-se? Isso, pois para Motta (2021) o argumento da pacificidade do povo brasileiro serviu para a exclusão política, principalmente com a indiferença e autoexclusão. A acomodação na cultura política de "grupos dirigentes serve à estratégia de negociar conflitos, com a motivação essencial de evitar a participação popular e a radicalização" (Motta, 2021, p.171). Da mesma forma que houve fluidez na oposição ao regime, as práticas de resistência também variavam. Entende-se como resistência o "conjunto de atos e recusa ao poder instituído considerado ilegítimo" (Motta, 2021, p.157). E dentre os apoiadores da Ditadura Militar, Motta (2021) cita empresários movidos por interesses econômicos e por razões ideológicas, que "contribuíram com a máquina repressiva doando dinheiro ou emprestando equipamentos, sendo que há denúncias de que alguns chegaram ao ponto de participar das sessões de tortura" (Motta, 2021, p.154). Setores conservadores que defendiam a moralidade cristã e os bons costumes tornaram-se aderentes ao regime, inclusive com o medo de ameaças da esquerda.

Outro questionamento resgatado pelo autor nomeia o sétimo capítulo: sobre a violência repressiva estatal: uma resposta proporcional à violência da esquerda? Considera-se que o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi uma das principais instituições do dispositivo proibicionista da Ditadura Militar, com atuação em espionagens, perseguições, torturas e assassinatos. Motta (2021) lembra que o governo estadunidense treinou os militares e policiais para combater as esquerdas. Somando-se a isso, a Lei de Segurança Nacional autorizou aos agentes do Estado o combate repressivo e violento. Como consequência, desenvolveram-se uma série de técnicas para fazer com que os corpos de mortos em interrogatórios e torturas desaparecessem. Tratava-se de um Estado em convulsão pela violência política. Ao longo do texto o historiador aponta que "não é raro a luta política descambar para o uso da violência, que é um dos meios mais tradicionais para conquistar o poder político e também para resistir a ele" (Motta, 2021, p.174). Entretanto, a violência do Estado foi desproporcional aos atos terroristas promovidos pelas guerrilhas de esquerda, fatos minoritários considerando as demais atividades

de resistência. Inexistem registros confiáveis sobre o montante dos crimes praticados pelos grupos de esquerda, mas, esse acentuou-se a falácia de que a Ditadura era um período seguro, argumento de compensação diante da violência escancarada.

O oitavo capítulo, a 'luta' contra a corrupção: muitos discursos, poucas realizações, retoma a preocupação com relação ao combate à corrupção, enquanto sintoma histórico introduzido na Era Vargas. Consolida-se o imaginário de que a reputação das direitas brasileiras era incorruptível, tanto na administração do Estado quanto em aspectos morais, ao passo que as esquerdas eram consideradas corruptas. Pela roupagem de combate a corrupção, inimigos políticos da Ditadura, opositores e até mesmo funcionários públicos foram condenados, em uma caça às bruxas que apreendia apenas cargos de baixo escalão, enquanto a corrupção em níveis hierárquicos elevados ocorria. E, "o controle das informações e a censura favoreceram as práticas ilícitas, pela certeza da impunidade, enquanto nos regimes democráticos, ao contrário, é mais fácil denunciar os erros cometidos pelos poderosos" (Motta, 2021, p. 221).

O nono capítulo, o 'milagre' econômico e a sua problemática herança, resgata que o crescimento econômico rápido, sem atentar-se aos impactos sociais, e a urbanização desenfreada, geraram uma série de problemas, como habitações e transportes precários, falta de saneamento e de serviços de saúde, além do aumento da violência urbana, junto da violência policial incrementada pela ditadura. Em resumo, o regime marca-se pelo avanço dos processos de consumo e pela ampliação das desigualdades. Como assegura Motta (2021), a ditadura herdou um modelo econômico iniciado por Getúlio Vargas, que consistia no planejamento estatal e no intervencionismo somados à participação de capitais privados nacionais e internacionais.

O décimo capítulo, a ditadura política e o projeto de estabilização da ditadura, apresenta a distensão no governo Geisel, que em 1974, queria estabilizar e garantir a durabilidade da Ditadura. Iniciou-se uma abertura política segura, lenta e gradual, controlando as oposições e os movimentos sociais. Mas, a crise econômica e as críticas sociais concederam fôlego à resistência. Aos poucos, acomodou-se uma saída suave da Ditadura, que evitou investigações e punições para os militares e policiais responsáveis por crimes contra os direitos humanos, em uma "República tutelada pelos

quartéis é incapaz de enfrentar o legado do regime autoritário” (Motta, 2021, p. 273).

Por fim, o décimo primeiro capítulo trata-se: a abertura, o ‘fim’ da ditadura e a precária redemocratização. Para Motta (2021) a anistia ampla, sem investigações adequadas sobre os crimes cometidos contra os direitos humanos, encurralou a democracia brasileira à precariedade, visível nos últimos acontecimentos: o impeachment de Dilma Rousseff, a prisão política de Luís Inácio Lula da Silva e a ascensão da extrema-direita com a eleição de Jair Bolsonaro. Devido a ausência de combate ao legado da Ditadura, como a condenação dos atos repressivos. Mas, as pressões exercidas pela elite, que participou ativamente da Ditadura e logo diluiu-se na redemocratização, impõem o esquecimento em diversos setores, facilitando “a precária educação democrática da população” (Motta, 2021, p. 303).

Ao reacender o debate sobre a Ditadura, com uma série de evidências sobre os danos causados ao país, ex-presidentes, como Lula e Dilma, expuseram algumas feridas entre os militares e os civis, pela instituição de comissões e grupos que investigaram os crimes cometidos pelo Estado, algo que, para Motta (2022) contribuiu para os recentes episódios antidemocráticos do Brasil, como o *impeachment* de Dilma e a prisão de Lula. Como salienta o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2022), Bolsonaro elegeu-se, dentre outras estratégias, com base na desqualificação acadêmica da Ditadura Militar brasileira. A história de um dos momentos mais notórios do autoritarismo brasileiro está em disputa, algo que parecia 'superado' pela constituição de 1988, para o historiador. É um trunfo do autor considerar em suas argumentações os conteúdos recentes das evocações saudosistas de tal período na atualidade, como as declarações públicas do presidente Jair Bolsonaro e atos golpistas que clamam pela intervenção militar. Com isso, o autor além de provocar tensionamentos entre as práticas do passado e do presente, expõe a fragilidade dos argumentos negacionistas ou revisionistas, principalmente por serem frutos da desinformação, materializadas pelas notícias falsas. "Essa política de esquecimento contribuiu para deixar o tema em segundo plano no debate público, o que não favoreceu a consolidação de valores democráticos na sociedade" (Motta, 2022, p.10).

Os capítulos condensam, de forma clara e direta, aspectos fundamentais para a compreensão da construção do regime ditatorial. Suas

bases teóricas repousam em pesquisas consideradas clássicas no campo de estudos sobre o autoritarismo no Brasil, além de trazer à tona episódios cotidianos. O historiador salienta a escassez de estudos que aprofundam aspectos sociais e econômicos do período. Mesmo assim, a obra conflui para o imaginário expresso diante dos afetos que rondam os discursos nostálgicos sobre a Ditadura na atualidade. A partir disso, Motta (2021) insere o leitor no processo científico que reveste a pesquisa historiográfica e mesmo que não pretenda ser imparcial, ao longo da obra alterna momentos de aproximação e distanciamento de seu objeto de estudo, de maneira equilibrada e priorizando o saber argumentativo em detrimento da mera opinião infundada. De tal modo, o livro organiza-se em temas polêmicos sobre o autoritarismo.